

MICROSCOPIO

(Especial para o "Correio do Povo")

Por manifesta que seja a falencia do presidencialismo no Brasil, estulticie seria pretender deixasse de haver presidencialistas. E' inevitavel que os haja sempre: uns por incompreensão, outros por capricho, ainda outro; por interesse. Mas, no debate da questão, duas cousas tem-se o direito de exigir: conhecimento do assunto e boa-fé no apreciá-lo.

Ignoro se este ultimo requisito preenche o autor de uma nota sobre "Medicina Parlamentarista", publicada no "Correio da Manhã"; mas quanto ao primeiro — conhecimento da materia — muito deixa ele que desejar.

"A medicina parlamentarista — aiz — nada corrige, ou salva. A experiencia de sessenta anos de parlamentarismo no Império mostra que ele foi um regime estéril, de instabilidade administrativa". Assim julga o jornalista o mais brilhante período da nossa historia politica, quando do seu erro já se penitenciaram muitos propagandistas e fautores da Republica: regime estéril, aquele que, em quarenta anos (quarenta, e não sessenta anos, vigorou o sistema parlamentar) fez do Brasil a mais respeitada nação da América Latina e a unica democracia então existente nesta parte do Continente!

Igualmente grave é o equívoco do comentarista, quando invoca a Rui Barbosa para condenar a eleição do Presidente da Republica pelo Congresso, processo usual no regime parlamentar.

O que fez o grande brasileiro, no texto citado, foi sómente apontar a incompatibilidade do governo de gabinete com um presidente directamente eleito pelo povo, isto é, a incompatibilidade do parlamentarismo com uma pratica característica do presidencialismo. Releia o jornalista a sua propria citação, a que apenas ponho o grifo conveniente:

"Um gabinete supõe um ministro preponderante que encarne a solidariedade coletiva do corpo ministerial e dirija o par'amento. "E-se ministro eclipsaria a autoridade do presidente". O que bem se conceberia num mecanismo, onde o chefe de Estado se nomeia por eleição das camaras, mas "não seria possível no mecanismo presidencial", que eleje o presidente da Republica, mediante os sufrágios da nação. "Seria anular politicamente a presidencia". Não se concilia, pois, este sistema com o regime de gabinete".

Quem ler com medíocre atenção o trecho citado, verá que aí se condena, não a eleição do presidente da Republica pelo parlamento, mas sómente o exerço de tal pratica no sistema presidencial. Pode-se discordar desta afirmação, que o proprio Rui parece ter relegado mais tarde, ao traçar o programa do efêmero Partido Liberal, mas em nada interessa ela aos parlamentaristas, que apenas preconizam uma cousa muito clara e muito simples: o regime parlamentar.

RAUL PILLA

26.I.1949